IMPÔSTO DE VENDAS E CONSIGNAÇÕES — COMPETÊNCIA DOS ESTADOS PARA A SUA COBRANÇA — LUGAR EM QUE SE EFETUA A OPERAÇÃO

— Interpretação do art. 23, n.º 1.º, “d”, da Constituição, e do Decreto-lei n.º 915, de 1-12-1938.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

OFÍCIO N.º 3.642

Ao Sr. Presidente da Associação Comercial de São Paulo.

N.º 3.642 — S.C. 122.367-44 — Em referência ao ofício n.º 808, de 24 de julho último, na qual essa Associação e a Federação do Comércio do Estado de São Paulo solicitam providências no sentido de ser fixada, definitivamente, a competência dos Estados para cobrança do imposto de vendas e consignação, regulado pelo Decreto-lei n.º 915, de 1 de dezembro de 1938, comunica, de acôrdo com o despacho do Sr. Ministro, que, conforme esclarecem os pareceres anexos, por cópia, o assunto em questão não comporta mais dúvidas, em face da jurisprudência firmada a respeito.

São do seguinte teor os aludidos pareceres :

Da Recebedoria do Distrito Federal :

1. “O Decreto-lei n.º 915, de 1 de dezembro de 1938, dispõe, no seu art. 1.º, que o imposto de vendas e consignação a que se refere a letra d do

n.º 1 do art. 23 da Constituição Federal é devido no lugar em que se efetuar a operação. O aludido decreto-lei, que define a competência do Estado para a cobrança e arrecadação do referido imposto, esclarece no parágrafo único do art. 1.º que :

“Para os efeitos fiscais, considera-se lugar em que se efetua a operação (venda ou consignação), o em que está situado o estabelecimento do vendedor ou consignante, seja matriz, filial, sucursal, agência ou representante, com depósito a seu cargo das mercadorias vendidas ou consignadas, salvo quando se trata de venda ou consignação efetuada diretamente pelo próprio fabricante ou produtor, caso em que o lugar da operação será aquêle onde foi fabricada ou produzida a mercadoria”.

2. A última parte dêste dispositivo acrescenta que:

“Nos casos em que houver simples depósito de mercadorias, a serem negociadas por estabelecimentos situados em território de Estado diferente, o lugar da operação é aquêle em que estiver situado o depósito onde se encontrar a mercadoria”.

A interpretação que se vem dando a êste texto tem ocasionado dúvidas, compreendendo, alguns, que, o imposto sempre é devido ao Estado onde se encontrar a mercadoria, não importando a indicação sôbre a propriedade do depósito em que aquela estiver.

3. Como bom princípio de hermenêutica não se pode dar interpretação isoladamente a um dispositivo, senão em dependência dos demais na mesma lei. O acréscimo ao parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 915, de 1938, motivo da dúvida, teve o fim de esclarecer que, quando o vendedor, estabelecido fora, mantenha depósito de mercadorias, fechado, ou não, legalmente reconhecido, de sua propriedade, mesmo que seja sômente para entregas, sob a guarda de empregado seu, o imposto será devido ao Estado em cujo território êsse depósito de mercadorias estiver situado.

4. Segundo J. X. CARVALHO DE MENDONÇA, o ato de depositar nem sempre resulta de contrato. Por isso, êle justifica a distinção do depósito em voluntário, necessário, e judicial: O primeiro decorre de convenção, na qual se manifestam as vontades das partes, em plena liberdade relativamente à escolha do depositário (*Trat. Dir. Com. Bras.*, vol. VI, 2.ª parte, n.º 1.056). Êste é o depósito a que alude o dispositivo em exame, voluntário, do próprio dono da coisa, e sob suas vistas, ou sob responsabilidade de pessoa sua, permanente, em local estabelecido, com mercadorias prontas a serem negociadas habitualmente.

5. Entretanto, continua o mestre, se a guarda (o depósito), é meramente acessória, ou consequência do negócio jurídico, não existe o depósito, e isto se observa quando se entrega a coisa a título de penhor, de locação, transporte, ou ainda para função que a pessoa vai desempenhar por parte de quem a entregou. *Unius cujus que contractos initium spectandum et causa* (ULPIANO, L. 8, *Dig. mandat.*).

6. Dessa doutrina e em harmonia com os Decretos-leis ns. 915 e 1.061, cit., e também a jurisprudência sobre a matéria, ficaram estabelecidas, para efeito de transferência, três espécies de depósitos de mercadorias, a saber :

Primeiro caso — Depósito de mercadorias transferidas do *fabricante ou do produtor* para filial, agência, sucursal ou representante estabelecido em território de Estado diferente (§§ 1.º e 2.º do art. 2.º do Decreto-lei n.º 915, de 1 de dezembro de 1938). O imposto deve ser pago antecipadamente, na saída do produto, ao Estado de origem.

Segundo caso — Depósito de mercadorias transferidas por comerciante para filial, agência, sucursal ou representante. Não estão sujeitas ao imposto de vendas e consignações por ocasião da saída do Estado onde se encontram, mas na ocasião da venda e ao Estado onde se acham a filial, agência, sucursal ou representante com o depósito em referência.

Terceiro caso — Depósito comercial, permanente, onde não se façam vendas, limitando-se a entrega das mercadorias transferidas e nêle depositadas, de propriedade do vendedor estabelecido fora do território onde se encontra. Este é o depósito a que se refere a parte final do parágrafo único do art. 1.º do Decreto-lei n.º 915, de 1 de dezembro de 1938. O imposto deve ser pago ao Estado onde estiver situado esse depósito ; onde se encontrar a mercadoria pronta a ser negociada, ainda que a operação (venda) tenha sido realizada por vendedor estabelecido em outro Estado. Não se incluem, porém, na mesma situação, as mercadorias adquiridas por comprador estabelecido em Estado diferente, e que, por conveniência de transporte, continuam sob a guarda do vendedor, ou armazenadas em armazéns do pórtio ou armazéns gerais, em depósitos que não são de propriedade do comprador. São mercadorias consideradas em trânsito, sem obrigação do pagamento do imposto de vendas e consignações na saída.

7. Focalizados os casos sobre depósitos de mercadorias situados em territórios de Estados diferentes, face ao Decreto-lei n.º 915, de 7 de dezembro de 1938, o assunto já fartamente esclarecido por esta R.D.F., em várias decisões, aprovadas pelo Primeiro Conselho de Contribuintes, não oferece mais dúvidas (Acórdão n.º 18.296, de 28-7-44 — Proc. da Socied. Com. Roberto Lenke Limitada — D.O. de 26-8-44 — IV Seção). — *P. Ranieri Mazzilli*, diretor”.

Da Diretoria das Rendas Internas :

“Adoto as conclusões do Parecer da R.D.F. Nesse sentido poderia ser respondido às entidades ofiçiantes. — *Hortêncio de Alcântara Filho*, diretor”.

Da Diretoria Geral da Fazenda Nacional :

“O assunto em questão não comporta mais dúvidas, em face da jurisprudência firmada a respeito.

2. A D.G., atendendo a urgência recomendada na solução dêste processo, opina, acorde com a D.R.I. (fls. 5), por que se responda de acôrdo com o parecer da R.D.F. (fls. 4), solicitando que, após o despacho da superior autoridade, seja o processo restituído a esta D.G. para o cumprimento da circular 22-44, do Sr. Ministro. — *Paulo Lira*, diretor geral”.